

T-LIGA

BOLETIM INFORMATIVO
DO SINDICATO DOS
TRABALHADORES DO
JUDICIÁRIO FEDERAL E DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
NO RIO GRANDE DO SUL

EDIÇÃO
NÚMERO
417
ABRIL
DE 2022



TEMOS PRESSA

PRESSIONADO POR SERVIDORES, GOVERNO FALA EM REPOSIÇÃO DE 5%

CONTRA O CONGELAMENTO, A NOSSA LUTA!
**RECOMPOSIÇÃO
EMERGENCIAL
DAS PERDAS SALARIAIS
DE 19,99%**
NÃO APEC 32
Sindiserf
PGR

**LUTA POR 19,99%
SEGUE E SERVIDORES
DO JUDICIÁRIO E DO
MPU COBRAM PROJETO
URGENTE DO STF
E DA PGR**



Arquivo Sintrajufe/RS

VOCÊ VIU ISTO?

► O que se vê à frente pode não revelar o todo à primeira vista. O aumento do custo de vida e o achatamento salarial, a pobreza que explodiu nas ruas, a ofensiva contra os serviços públicos (que não parou com a não votação da PEC 32), a ameaça de fechamento de 69 varas trabalhistas pelo país, a reforma administrativa para acomodar interesses da cúpula da magistratura no Judiciário Federal e a contratação de estagiários de luxo regulamentada pelo CNJ são algumas das peças que precisam ser reunidas para evidenciar um cenário.

Ainda há os que creem na estabilidade de seus cargos e que a ameaça de fechamento de seus postos de trabalho é apenas peça de agitação. Se enganam: o fato de a fome rondar metade da população brasileira (segundo levantamento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional — Rede Pennsan) deve servir de alerta para nossa categoria de que não há nenhum limite ou pudor naqueles que defendem com unhas e dentes seus privilégios.

A barbárie bate à porta, basta querer ouvir. Não é só aqui,

contudo isso não diminui o fato de que, em terras brasi-leiras, ela vem acompanhada pelos cifrões, pelas fardas, pelo obscurantismo e pelo ódio.

As ameaças não vêm somente de fora. A adaptação das cúpulas dos tribunais e do Ministério Público da União aos efeitos da emenda constitucional 95/2016 (EC 95), que, na prá-tica, impediu novas contratações e deixou mais de 600 vagas de servidores sem provimento somente no Rio Grande do Sul, traz prejuízos para a população e para os servidores e as servidoras.

A "saída" que eles descobriram foi a de queimar os móveis da sala durante o inverno. Uma verdadeira reforma administrativa interna está em curso ameaçando varas abertas recentemente à custa do aumento da dificuldade de acesso à Justiça, substituindo servidores concursados por estagiários contratados por 1/6 do salário de analista judiciário, e adequando a estrutura administrativa aos interesses "legítimos" de magistrados.

Mas os trabalhadores e as trabalhadoras resistem. Essa resistência se expressou nas ruas: na luta unificada por reposição salarial; junto com as comunidades, nas manifestações contra o fechamento das varas; e na repulsa que aumenta contra o governo Bolsonaro e sua política, como mostram as mobilizações de trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada, de-sempregados e movimentos sociais.

Tudo pode ser reconstruído e transformado. É no reforço de nossa pauta que vamos encontrar uma saída. É da luta pela revogação da EC 95 e da reforma trabalhista, pela realização imediata de concursos públicos, por uma política de valorização de salários e empregos que tire a população da pobreza que ocupa as esquinas das cidades brasileiras, que vai ser aberto o caminho para as reformas profundas que o Brasil necessita. Reformas que beneficiem o povo, ao contrário das que propõe o atual governo. Que esse governo acabe quanto antes, e que ele e sua política não voltem nunca mais.

EXPEDIENTE T-LIGA

BOLETIM DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO RS (SINTRAJUFE/RS)

Direção Colegiada: Adriane Carvalho Becker, Alessandra Pereira de Andrade, Ana Naiara Malavolta Saupe, Anderson Eduardo dos Santos Mangine, Arlene da Silva Barcellos, Clarice Ribeiro Camargo, Cristina Viana dos Santos, Diogo da Silva Corrêa, Edson Moraes Borowski, Fabrício Dias Loguerio, Felipe da Silva Belasquem, Italo Roque Madruga Sabadin, José Carlos Pinto de Oliveira (Zé), Luciana Krumenauer Silva, Mara Rejane Weber, Marcelo Carlini, Marcia Angelita Coelho, Mário Augusto Silva Marques, Marta de Borba Kafruni, Paulo Ricardo de Oliveira, Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin, Ramiro Santana Moreno López, Reginaldo Costa Lühring, Rogério Martino Otero Avila, Rosseny Mattos Alves, Sergio Amorim dos Santos, Walter Oliveira

Edição: Rosane Vargas
Redação: Alexandre Haubrich e Rosane Vargas
Apoio: Daniel Borges e Leandro Malosi Dóro
Projeto gráfico e diagramação: Veraz Comunicação
Impressão: VT Propaganda
Tiragem: 5.500 exemplares.

Rua Marcílio Dias, 660 - Menino Deus - Porto Alegre
- RS - CEP 90130-000 • Fone: 51 3235-1977
E-mail: imprensa@sintrajufe.org.br
Site: www.sintrajufe.org.br
Redes: [Facebook.com/sintrajufers](https://www.facebook.com/sintrajufers)
Instagram: @sintrajufers

T-CONECTA



<http://bit.ly/T-ConectaSintrajufe>
(51) 999869113

DIGA "OI, SINTRAJUFE!"

Quem luta informado luta melhor. Por isso, o Sintrajufe lançou o T-Conecta. Nosso compromisso é enviar, pela nossa lista de transmissão, somente as informações mais importantes, para que você fique por dentro do que acontece no sindicato, na sua carreira e nas lutas que temos pela frente em 2022. T-Conecta com o Sintrajufe!

Quer ficar por dentro de tudo o que acontece no Sintrajufe? 10:44 ✓

O T-Conecta foi criado para que você receba informações, reportagens e notícias do Sintrajufe em seu WhatsApp. 10:44 ✓

Basta tirar uma foto do QRcode ao lado ou digitar o link na barra do seu navegador e você será automaticamente direcionado a uma conversa. 10:44 ✓

Adicione nosso número a sua agenda, envie um "Oi, Sintrajufe" e pronto, já estamos conectados. 10:44 ✓

AMEAÇA A NOVE VARAS NO RS EXPÕE O RISCO A QUE ESTÁ SUBMETIDA TODA A JUSTIÇA DO TRABALHO

Sintrajufe/RS

► O Sintrajufe/RS lançou, no dia 21 de março, uma grande campanha em defesa das nove varas trabalhistas que podem ser extintas no Rio Grande do Sul por conta da resolução 296/2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Elas tiveram distribuição processual inferior a 50% da média de novos casos, o que, a o Conselho, é critério que pode levar à extinção das unidades. Em todo o Brasil, 69 VTs se enquadram nessa situação.

No RS, podem ser fechadas as varas de Alegrete, Arroio Grande, Encantado, Lagoa Vermelha, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, Santiago, São Gabriel e Rosário do Sul. Além das varas ameaçadas neste momento, a resolução do CSJT representa um ataque direto à existência da própria Justiça do Trabalho e prejudica a população que busca no Judiciário



direitos que foram negados na relação trabalhista. A campanha foi iniciada após uma reunião do sindicato com colegas das cidades atingidas, no dia 18 de março.

800 MIL NAS REDES, ALÉM DE OUTDOORS, JORNAIS E RÁDIOS: EM DEFESA DAS VARAS DO TRABALHO E PELA REVOGAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA!

► A campanha do sindicato teve início com a veiculação de propagandas em 28 rádios das regiões atingidas, abrangendo 58 municípios. Depois, em jornais do interior do estado, 48 cidades afetadas por um possível fechamento das varas (incluindo as sedes e municípios que fazem parte das respectivas jurisdições) foram alcançadas pelos anúncios publicados pelo Sintrajufe/RS. Nas redes sociais, com ações no Facebook e no Instagram, já são mais de 800 mil pessoas alcançadas.

Ainda, foi feita a instalação de outdoors nas nove localidades e em Porto Alegre, pois a luta não se restringe à manutenção das nove varas trabalhistas agora ameaçadas. O relatório do CSJT será anual; ou seja, a cada ano, uma nova lista pode surgir, atingindo essas e outras varas trabalhistas. A mobilização é em defesa da Justiça do Trabalho e pela revogação da reforma trabalhista de 2017, que precarizou direitos e o acesso à Justiça e, com isso, produziu uma queda abrupta de novas ações.



Leandro Dóro / Sintrajufe/RS

SINTRAJUFE NA ESTRADA E NA ATUAÇÃO JUNTO COM COMUNIDADES

► No início de março, o Sintrajufe/RS formalizou, junto ao TRT4, posição contrária ao fechamento de qualquer vara trabalhista. O sindicato também solicitou às Câmaras de Vereadores das cidades atingidas a realização de audiências públicas, a fim de ampliar o debate e envolver as comunidades.

Até o fechamento desta edição, o sindicato havia participado, presencialmente, de quatro audiências públicas. No interior do estado, foram três: no dia 18 de março, em Santana do Livramento; no dia 23 do mesmo mês, em Arroio Grande; no dia 6 de abril, em Encantado. Além dessas atividades, o Sintrajufe/RS participou de

EFEITOS DA RESOLUÇÃO 296/21 NO RS



INTERIORIZAÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS

► O sindicato entende que a interiorização da Justiça do Trabalho é fundamental para a garantia de direitos e o combate ao trabalho escravo, por exemplo. Para o Sintrajufe/RS, é preciso analisar o que significam essas VTs para a melhoria na prestação jurisdicional e também o impacto que a

extinção pode ter para servidores e servidoras. O Sintrajufe/RS defende que, em vez de fechamento de varas, os tribunais deveriam se empenhar para garantir o provimento de cargos oriundos de aposentadorias; atualmente, são mais de 400 vagas na Justiça do Trabalho.

448 KM PARA ACESSAR A JT É INACEITÁVEL

► As nove VTs sob ameaça atendem a diversas cidades nas respectivas regiões, somando uma população de cerca de 600 mil pessoas. Para chegar às varas trabalhistas mais próximas, os jurisdic-

cionados e advogados terão que percorrer grandes distâncias caso as nove varas sejam extintas. De Santa Vitória do Palmar a Rio Grande, por exemplo, a viagem de ida e volta é de 448 km.

uma grande audiência pública em Porto Alegre, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, no dia 4 de abril, reunindo representantes e entidades de diversos campos e reforçando a necessidade de impedir a extinção das varas e aprofundar a luta em defesa da Justiça do Trabalho.

Há, nas audiências públicas, um

grande envolvimento dos Legislativos, dos Executivos, de advogados e sindicatos, além da própria administração do TRT4. O entendimento é que a presença da Justiça do Trabalho é fundamental para garantir direitos, para equilíbrio das relações de trabalho e movimentação das economias locais.

SOB PRESSÃO DOS SERVIDORES E SEM PROPOSTA FORMALIZADA, BOLSONARO FALA EM 5% DE REPOSIÇÃO, MESMO COM PERDAS DE 19,99%; SEGUE A LUTA!

► Desde o final do ano passado, servidores e servidoras de todo o Brasil vêm se mobilizando em uma campanha salarial unificada que visa repor as perdas de 19,99% acumuladas durante o atual governo. Paulo Guedes, o ministro que queria botar uma "granada no bolso do inimigo" (os servidores públicos) e que chama os servidores de "parasitas", queria manter o salário do funcionalismo sem nenhuma reposição também em 2022, mas a pressão fez com que o governo, pela imprensa, falasse em um "reajuste linear" de 5%.

Até agora, porém, não houve nenhuma formalização, apenas as manchetes de jornais e sites de notícias. Além disso, é bom lembrar que, em outras ocasiões, o governo já desmentiu suas próprias declarações sobre diversos temas, com idas e vindas que criam confusão sobre suas reais intenções.

O que fica claro é que foi a pressão de servidores e servidoras nos atos nos estados e em Brasília que fizeram com

que o governo voltasse a falar em reposição. Os sindicatos criticaram duramente o índice, pois ele está muito distante dos 19,99% correspondentes à inflação acumulada nos três primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro (PL).

Em 2021, a luta de servidores e servidoras das três esferas e de diversas categorias impediu a aprovação da reforma administrativa – como parte dessa luta, o Sintrajufe/RS participou dos atos unitários e veiculou diversas peças de publicidade nos jornais, outdoors, TVs, rádios e redes sociais. Essa unidade se manteve em 2022 e permitiu colocar o bloco na rua cobrando dos governos a valorização dos serviços e dos servidores públicos. A pauta de reivindicações unificada do funcionalismo federal foi entregue ao governo em janeiro, exigindo a reposição emergencial. Ante a falta de resposta, os primeiros meses deste ano vêm sendo marcados por atos públicos e várias outras atividades de mobilização.



Mobilização dos federais em fevereiro, junto ao prédio da Receita Federal, Porto Alegre

FUNCIONALISMO VOLTA ÀS RUAS EM TODO O PAÍS, ESSE É O ÚNICO CAMINHO

► Em várias partes do país, diversas categorias estão mostrando força e vontade de lutar. Servidores municipais, estaduais e federais, cada um com sua pauta, têm realizado manifestações de rua e arrancado importantes conquistas. Agora, com o tempo acabando por conta da lei eleitoral – para que uma possível reposição possa ser aprovada

ainda neste ano, isso deve ocorrer até 4 de julho –, é necessário reforçar a luta. Chama a atenção que a população, que sofre com desemprego e alta de preços, vem manifestando apoio às atividades dos servidores com palavras de incentivo e aplausos, algo que não se via antes.

Em 18 de janeiro, um mês depois da

entrega da pauta de reivindicações e em meio ao silêncio por parte do governo, aconteceu um ato público nacional unificado. Essa foi a primeira manifestação da campanha salarial em Brasília, sucedida por diversas outras, cada vez com maior participação. O Sintrajufe/RS participou dessa e das atividades seguintes de mobilização,

tanto na capital federal quanto no Rio Grande do Sul.

O sindicato também realizou duas assembleias gerais – uma em janeiro, outra em março – para aprovação da participação nos calendários unificados de mobilização, tanto em Brasília quanto no estado. No Rio Grande do Sul, a Frente dos Servidores Públicos

está coordenando as mobilizações unificadas. Servidores e servidoras federais, estaduais e municipais, todos em campanha salarial, constroem manifestações unitárias, unindo forças para arrancar a reposição até agora negada por Bolsonaro, Eduardo Leite (PSDB) e Sebastião Melo (MDB).



Como na luta contra a PEC 32, Sintrajufe/RS tem marcado presença nos atos unificados em Brasília pela recomposição emergencial de 19,99%

REAJUSTE É VIÁVEL E LEGAL, APONTAM ESPECIALISTAS

► Especialistas em orçamento público afirmam que há espaço no Orçamento, para pagar a recomposição emergencial. Em janeiro, na Plenária Nacional das Servidoras e Servidores Públicos Federais, o consultor legislativo Luiz Alberto dos Santos disse que o governo Bolsonaro só não repõe as perdas dos servidores agora se não quiser.

No caso do Judiciário Federal, o economista e assessor técnico da Fenajufe Washington Lima explicou, em entrevista ao Sintrajufe/RS, que a emenda constitucional 95/2016 congela o orçamento, mas faz uma atualização anual pelo valor do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Isso significa que o conjunto do orçamento da União (Judiciário, Executivo e Legislativo) vem sendo corrigido anualmente. Ele também considerou que o Poder Judiciário não tem problemas em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, não há problemas de limites para a concessão da reposição.

NOS BASTIDORES, BOLSONARO ATUA PARA APROVAÇÃO DE QUINQUÊNIOS PARA JUÍZES E PROCURADORES

► O governo Bolsonaro não abriu negociação com o funcionalismo, mas atua, nos bastidores, para aprovação da PEC 63/2013, que traria de volta o hoje extinto quinquênio para juizes e procuradores. Com isso, esses setores receberiam um aumento de 5% a cada cinco anos; o impacto seria de pelo menos R\$ 3,6 bilhões anuais.

A pauta é antiga. A novidade é o envolvimento do governo para aprovar um benefício que seria uma forma de romper o teto constitucional dessas categorias, cujos salários são de R\$ 39,3 mil mensais.



Em frente ao Ministério da Economia, servidores e servidoras pressionam para que governo abra de negociação sobre pauta salarial

E NO JUDICIÁRIO FEDERAL E NO MPU, COMO FICA?

► No final de março, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, e o procurador-geral da República, Augusto Aras, encomendaram levantamentos técnicos para avaliar a possibilidade de oferecer reposição salarial aos servi-

dores e servidoras do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (MPU). Em abril, após circular a informação sobre a intenção do governo de oferecer 5% de reposição, a imprensa noticiou que, caso isso se confirme, o Su-

premo Tribunal Federal deve debater, em sessão administrativa, o envio de um projeto de lei para o Congresso sobre a reposição para servidores do Judiciário. A Fenajufe segue buscando dialogar com o Supremo a respeito do tema.

SINTRAJUFE ALERTA PARA PERDAS À CATEGORIA COM CRIAÇÃO DE NOVOS GABINETES NO TRF4 SEM A DEVIDA ESTRUTURA

Divulgação



► A lei 14.253/2021 transforma 14 cargos de juiz federal substituto em 12 cargos de desembargadores no TRF4. A norma também prevê essas mudanças em outros tribunais. No Rio Grande do Sul, já foram extintos os cargos de juiz federal substituto previstos, nos seguintes locais: 2ª Vara Federal de Carazinho, 2ª Vara Federal de Erechim, 4ª Vara Federal de Passo Fundo, 1ª Vara Federal de Santiago, 3ª Vara Federal de Santo Ângelo e 2ª Vara Federal de Uruguaiana.

Em fevereiro, Sintrajufe/RS, Sintrajusc/SC e Sinjuspar/PR protocolaram documento conjunto no qual pleiteavam que a implantação fosse gradual, a fim de permitir tempo para que o tribunal tomasse outras medidas, como provimento dos atuais cargos vagos e formulação de projeto de lei para criar a estrutura de funções comissionadas e cargos em comissão.

O Sintrajufe/RS realizou reuniões sobre o tema, com o presidente do TRF4, desembargador federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira, já em novembro de 2021 e, novamente, em 1º de abril de 2022, o sindicato reuniu-se com o presidente do TRF4, desembargador federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira. O sindicato reafirmou sua posição e defendeu que a implantação dos

novos gabinetes seja feita gradualmente, com a utilização, em um primeiro momento, da estrutura dos seis gabinetes de juizes convocados existentes atualmente.

Com isso, seriam minurados os problemas imediatos que a implementação integral poderia gerar para o conjunto de servidores e servidoras e também haveria margem para o encaminhamento de projeto de lei emergencial para a criação de funções comissionadas e CJs para os novos gabinetes. Seria uma maneira de evitar a perda remuneratória, com retirada ou rebaixamento de FCs e CJs, para alguns servidores e, também, um tempo necessário para enfrentar a situação de não provimento de cargos vagos por aposentadorias. O presidente do TRF4 afirmou que não vê a possibilidade de implantação gradual e que os procedimentos estão sendo feitos para que a implantação seja integral.

A implementação da lei, sem a devida estrutura, pode significar o início de grandes prejuízos para servidores e servidoras. Em despacho de 24 de janeiro, o corregedor da Justiça Federal da 4ª Região, desembargador Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, afirma que

essa mudança "é apenas o início de um grande processo de reestruturação do Tribunal e das próprias Varas, que ocorrerá ao longo do primeiro semestre de 2022". O sindicato e a categoria não foram chamados para discutir o assunto.

Movimentos em outras seções judiciárias sinalizam o que está por vir. No Paraná, a Direção do Foro da Seção Judiciária já encaminhou uma proposta de reestruturação de cargos e funções, indicando, entre

outros pontos, "a provável utilização das funções" FC-2 e FC-3 de um rol de varas federais". No Rio de Janeiro, o TRF2 publicou resolução que cria "a estrutura de funções comissionadas dos novos gabinetes de desembargador federal" e promove alterações na estrutura organizacional do tribunal. Para isso, serão excluídas ou rebaixadas funções, principalmente da área administrativa, com extinção de seções e setores.

SEGURANÇA DE SERVIDORES E SERVIDORAS NAS ELEIÇÕES É DISCUTIDA EM REUNIÃO COM PRESIDENTE DO TSE

► No dia 15 de março, a Fenajufe reuniu-se com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Edson Fachin. A segurança de servidoras e servidores da Justiça Eleitoral nas eleições deste ano foi um dos assuntos tratados. Entre os presentes, estava o diretor da federação e do Sintrajufe/RS Edson Borowski.

A Fenajufe sugeriu campanhas informativas junto ao público, reafirmando a importância da Justiça Eleitoral e a idoneidade dos envolvi-

dos no processo eleitoral. De acordo com a federação, a falta de orientação em alguns TREs torna ainda mais aguda a preocupação com a segurança. Edson Borowski manifestou preocupação e indignação com os ataques desferidos contra a Justiça Eleitoral, partindo, principalmente, de autoridades civis e militares ligadas ao presidente Jair Bolsonaro (PL), num comportamento classificado como inconsequente e irresponsável.

COM "RESIDÊNCIA JURÍDICA", CNJ ABRE AS PORTAS DOS TRIBUNAIS PARA ASSESSORES COM BAIXOS SALÁRIOS E SEM CONCURSO

Arquivo / Sintrajufe/RS



Em manifestação em agosto de 2021, Sintrajufe cobra preenchimento de vagas na Justiça do Trabalho

► O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou, em janeiro, a resolução 439/2022, que autoriza os tribunais, em todo o país, a instituírem programas de residência jurídica, voltados para quem esteja fazendo pós-graduação em Direito ou que tenha concluído a graduação há no máximo cinco anos. A proposta pode facilitar que pessoas sem concurso e recebendo baixos salários realizem tarefas hoje exclusivas de servidores e servidoras, como a de assistente de juiz.

A resolução não limita o número de residentes por órgão e traz uma descrição genérica do que é a residência jurídica: "treinamento em serviço, abrangendo ensino, pesquisa e extensão, bem como o auxílio prático aos magistrados e servidores do Poder Judiciário". Devido à falta de clareza, o desembargador do TRT4 Luiz Alberto de Vargas, ouvido pelo jornal *Extraclasse*, chamou os residentes de "assessores biônicos", ou seja, à margem do concurso público. Para o desembargador, trata-se, "aparentemente, de mais uma proposta de redução de gastos com pessoal administrativo na conhecida linha de desmonte dos serviços públicos no país iniciada a partir da

emenda constitucional 95/2016".

O programa tem duração máxima de 36 meses, com jornada de até 30 horas semanais. O ingresso se dá por processo seletivo simples. Em edital lançado em abril, o TRT24 (Mato Grosso do Sul) descreve, entre as tarefas do residente, "elaborar propostas de minutas de despachos, decisões, sentenças e votos". Uma atividade hoje exclusiva de analista judiciário, mediante pagamento seis vezes menor do que o vencimento do cargo: a bolsa é de R\$ 2 mil mensais.

SUBSTITUIÇÃO DE MÃO DE OBRA MASCARADA DE ENSINO

A EC 95/2016 criou diversos obstáculos para o preenchimento das vagas sem provimento no serviço público. No Judiciário Federal no Rio Grande do Sul, há déficit de pelo menos 600 servidores e servidoras. No TJRS, até o final de 2021 havia defasagem de mais de 35% no quadro, que vem sendo suprida com o aumento do número de estagiários.

O presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público (Simpe/RS), Jodar Prates, e o diretor Sindicato dos Servidores da

Justiça do RS (SindjusRS), Emanuel Dall'Bello, falaram ao jornal *Extraclasse*. Para Jodar, "essa questão dos estagiários de pós-graduação é mais uma burla ao concurso público e segue o caminho da precarização do serviço público".

Dall'Bello avalia que, na prática, estagiários com graduação ou pós-graduação "estão assumindo o lugar de servidores concursados", enquanto as categorias encolheram devido à redução de vagas e de concursos públicos. A residência jurídica se soma ao processo de precarização desses trabalhadores também, "pois é uma forma de ingresso muito precarizada, considerando a sobrecarga imensa de trabalho nos tribunais", afirma.

SAI A IMPESSOALIDADE, ENTRA A SUBJETIVIDADE

O desembargador Vargas aponta que "a função de assessoramento ao juiz é das mais importantes no trabalho judiciário e deve ser reservada a funcionário de carreira, assegurando a melhor prestação jurisdicional ao cidadão – e não como atividade precarizada e temporária, não gerando vínculo de

qualquer natureza com a administração pública, como prevê a resolução".

O Sintrajufe/RS entende que a residência pode facilitar a substituição de mão de obra dos servidores por outra forma de ingresso, extremamente mais barata. Além disso, já se inicia com um forte vínculo com a figura do "magistrado orientador", que fará as avaliações seguindo critérios que podem ser bastante subjetivos. No TRT3 (Minas Gerais), por exemplo, os critérios são "interesse", "eficiência", "zelo e dedicação", "relacionamento interpessoal" e disciplina.

Os residentes receberão, desse "magistrado orientador", orientações teóricas e práticas sobre a atuação do Poder Judiciário e precisarão participar de atividades e eventos acadêmicos das Escolas da Magistraturas. Além de todas as críticas à residência, acrescenta-se o questionamento sobre se a proposta visa a algum tipo de treinamento para futuros servidores e servidoras ou mesmo futuros quadros da magistratura e se isso não geraria uma discrepância e falta de equidade em relação a candidatos que não tenham participado desses programas.



FUTURO MINISTRO DO TST INDICADO POR BOLSONARO PROPÕE TERCEIRIZAR SECRETÁRIOS DE AUDIÊNCIA EM 217 VARAS

Divulgação



Corregedor do TRT2 teve nome aprovado pelo Senado, em abril, para integrar o TST

► O corregedor do TRT2 (São Paulo), desembargador Sérgio Pinto Martins, quer terceirizar os secretários de audiência como "solução" para a falta de servidores. A proposta foi oficiada em pedido ao corregedor do Tribunal

Superior do Trabalho (TST), ministro Guilherme Caputo Bastos, e serve de alerta a toda a categoria, já que esse tipo de agenda pode se espalhar por outros tribunais – especialmente porque Martins acaba de ser indicado

por Jair Bolsonaro (PL) para ministro do TST.

No ofício, Martins relata que o TRT2 está, no momento, com 540 cargos vagos e que não podem ser providos por conta da emenda

constitucional (EC) 95, do teto de gastos. Informa ainda que a 2ª Região é a maior em número de casos novos distribuídos por servidor nas varas trabalhistas, com 131,2 casos novos por servidor. O desembargador aponta que "a crescente falta de servidores na primeira instância vem aumentando a taxa de congestionamento na fase de conhecimento. Em 2019, a taxa de congestionamento líquida do primeiro grau estava em 27,41%. Em 2021, subiu para 45,22%". Além disso, aponta o déficit de servidores tende "a se intensificar com o crescente número de aposentadorias".

O corregedor não defende, porém, a revogação da EC, e sim um "atalho": a "contratação de servidores terceirizados para o exercício da função de secretário de audiência para as 217 Varas do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região". Os contratados terão salários menores e não contarão, por exemplo, com a estabilidade que garante ao funcionalismo uma atuação livre de pressões políticas e de chefias. Propostas como essa também acendem o alerta para a destruição da Justiça do Trabalho, do Judiciário e dos serviços públicos "por dentro".

DESEMBARGADOR ACABA DE SER INDICADO POR BOLSONARO PARA O TST

► No início de março, Sérgio Pinto Martins foi indicado por Bolsonaro para ser ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Seu nome foi aprovado pelo plenário do Senado no início de abril. Ele irá ocupar a vaga aberta com a aposentadoria do

ministro Alberto Bresciani, em dezembro de 2021.

A chegada de Martins ao TST reforça a preocupação com a proliferação da política de desmonte do serviço público que Bolsonaro vem promovendo, na lógica da PEC

32/2021, da reforma administrativa. A Justiça do Trabalho e todo o serviço público estão sob ataque durante todo o governo, e a tentativa de substituição de servidores concursados por trabalhadores terceirizados é mais uma etapa da

precarização rumo ao completo desmonte.

O Sintrajufe/RS está em contato com os colegas de São Paulo e da Fenajufe para acompanhar de perto esse pedido indecoroso do corregedor do TRT2 e futuro ministro do TST.

SINDICALIZE-SE

Abra e imprima a ficha de sindicalização, preencha, confira tudo e assine. Depois, basta enviá-la, digitalizada, para o e-mail sintrajufe@sintrajufe.org.br. Você também enviar pelo Correio para o Sintrajufe/RS (Rua Marcílio Dias, 660 – Menino Deus – Porto Alegre – RS – CEP 90.130-000) ou entregar para o diretor de base de sua unidade.



<https://sintrajufe.org.br/sindicalize-se-2>

